

Sua Excelência Senhor Presidente da República de Moçambique
Armando Emilio Guebuza



Excelência;

Assunto: Solicitação para o respeito e realização dos direitos e dignidade humana das famílias reassentadas no contexto do megaprojecto de exploração do carvão mineral de Moatize

Exmo Senhor Presidente Guebuza,

O Governo da República de Moçambique assinou em Junho de 2007 o contracto de concessão mineira com a empresa multinacional Vale, registada no Pais como Vale Moçambique, Lda., cujo processo não respeitou os princípios da transparência e da participação. É assim que esse contracto e respectivo plano de reassentamento das famílias afectadas pelo projecto de exploração de carvão mineral de Moatize nunca foram do domínio público, não obstante o contracto ter sido celebrado em nome do interesse público, com a finalidade de combater a pobreza e desenvolver as comunidades.

O processo de instalação do «Projecto Carvão Moatize» para exploração d carvão mineral de Moatize pela Vale tem sido feito num contexto de persistente violação dos direitos e liberdades fundamentais das famílias reassentadas e afectadas por este projecto, as quais viviam ao longo do Vale do Zambeze no Distrito de Moatize, Província de Tete, em terras ricas e férteis, com abundante biodiversidade. Das 1365 famílias directamente afectadas, 289 famílias foram reassentadas na Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro na Vila de Moatize, 716 famílias na Região de Cateme, Posto Administrativo de Kambulatsitsi, Distrito de Moatize, Província de Tete, 254 famílias tiveram indemnizações simples e outras 106 foram reassentadas através de um processo que a Vale chamou de indemnização assistida.

O processo de reassentamento foi, desde o início, mal conduzido com várias e sucessivas irregularidades, o que culminou com o incumprimento de acordos e compromissos firmados para um reassentamento justo e condigno conforme manda a lei. Com efeito, o reassentamento é caracterizado pelo estabelecimento de infra-estruturas de má qualidade, más condições de habitação, concessão de terra imprópria para a prática de agricultura, dificuldade de acesso à água potável, existência de fome aguda, falta de saneamento adequado, falta de transporte, violação da integridade física e do exercício do direito à manifestação e não pagamento integral das indemnizações devidas a determinadas famílias.

Em virtude das persistentes injustiças sofridas pela violação dos direitos, as famílias reassentadas e as organizações da sociedade civil, incluindo a imprensa nacional e internacional têm denunciado as constantes violações de seus direitos e as péssimas condições de vida a que estão sujeitas estas famílias. É nessa vertente que as vítimas e as organizações da sociedade civil têm solicitado encontros e submetido cartas, documentos-queixas, petições junto da Vale, do Governo Distrital de Moatize e Provincial de Tete, da Procuradoria Distrital de Moatize e da Assembleia da República de Moçambique e outras entidades do Estado apelando para resolução dos seus problemas. Entretanto, nunca foram respondidos favoravelmente. Todas as diligências realizadas e os alertas lançados pelas famílias e por diversas organizações têm sido muitas vezes ignorados.



Perante o silêncio da Vale e do Governo moçambicano em responder positivamente às diversas questões levantadas, as famílias reassentadas na região de Cateme insurgiram-se no dia 10 de Janeiro de 2012, protestando contra a constante violação de seus direitos. Como resposta foram brutalmente agredidos, torturados e arbitrariamente detidos pela Polícia da República de Moçambique-PRM e Força de Intervenção Rápida-FIR.

Em Fevereiro do corrente ano, um conjunto de cerca de 28 organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, indignados com a gravidade da questão em apreço, apelaram a S. Excelência Presidente da República para o estabelecimento de políticas justas e humanas de reassentamento, para o diálogo e para a resolução rápida das queixas apresentadas pelas famílias reassentadas. Todavia, o silêncio das autoridades prevalece e as violações dos direitos em referência continuam.

Facto curioso é que após o protesto, a Vale e o então Governador de Tete, Alberto Vaquina, reconheceram publicamente a legitimidade das reivindicações populares tendo-se comprometido a resolver todas as questões levantadas num prazo de seis meses. Na ocasião, a Vale assumiu não haver diálogo entre a Vale, o Governo e a população. Por seu turno, o Governo de Moçambique alegou haver atrasos na canalização de recursos por parte da Vale para a finalização e implementação de importantes compromissos acordados entre a Vale e o Governo de Moçambique durante as negociações para o reassentamento. Porém, 10 meses após reconhecer a existência de várias irregularidades no processo de reassentamento e legitimidade das reivindicações dos reassentados, tanto a Vale, assim como o próprio Governo de Moçambique continuam sem honrar os seus compromissos e os problemas das 1365 famílias reassentadas prevalecem com tendência a piorarem.

Face a prevalência do incumprimento das promessas de melhoria das condições de vida e a constante violação do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais das famílias reassentadas as organizações da sociedade civil, nomeadamente, a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos-LDH, a Justiça Ambiental-JA, a Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades-AAAJC e a União Nacional dos Camponeses-UNAC, realizaram trabalhos e encontros públicos com as famílias e comunidades afectadas pela indústria mineira e reassentadas na região de Cateme, 25 de Setembro e Mualadzi entre os dias 6 e 11 de Outubro do corrente ano com o objectivo de dar continuidade ao compromisso de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e protecção dos direitos destes cidadãos, bem como ajudar para uma maior consciencialização sobre os seus direitos e deveres em relação ao Estado e assim promover e incentivar uma maior integração no processo de desenvolvimento social comunitário.

No dia 06 de Outubro de 2012 entre 7:30 e 12 horas, a LDH, a JA, AAAJC e a UNAC realizaram um encontro público com cerca de 150 pessoas membros das famílias e comunidades afectadas pelo projecto de exploração do carvão de Moatize, na Escola Secundária de Cateme, com o objectivo de divulgar a Constituição da República de Moçambique, a Lei da Terra, o respectivo Regulamento da Lei da Terra e o Regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas aprovado recentemente pelo Governo de Moçambique, além de diagnosticar e analisar a situação actual enfrentada pelas referidas famílias.

Diagnóstico realizado sobre a situação actual das famílias e comunidades reassentadas em Cateme constatou o seguinte:

1. As famílias reassentadas demonstraram ter pouco domínio e conhecimento sobre os seus direitos, instrumentos legais, e toda a legislação avulsa e os procedimentos necessários para encaminharem suas preocupações a instituições de justiça.
2. Apesar das medidas paliativas tomadas pelo executivo de Tete para refrear as reivindicações das famílias reassentadas, prevalecem grandes divergências entre as 1365 famílias e a Vale.



2

ustica ambiental

3. A Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro e a Região de Cateme vivem ainda um ambiente tenso e conflituoso despoletado pelo protesto destas famílias contra a Vale.
4. Cateme e Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro simbolizam o efeito perverso dos megaprojectos em Moçambique. Expressam ainda a conflitualidade dos interesses públicos e privado, e a ausência de um mecanismo seguro de protecção e defesa dos interesses das comunidades rurais diante da crescente onda dos investimentos, além de uma tentativa de hostilizar e criminalizar as comunidades e todos aqueles que ousam defendê-las.
5. O processo de resolução das irregularidades resultantes do reassentamento continua a ser mal conduzido e a prejudicar as famílias reassentadas.
6. As 716 residências, são de má qualidade, sem condições dignas de habitação, apresentando fissuras e rachaduras que permitem a infiltração de água das chuvas, com o risco de desabarem.
7. A população foi reassentada em terras inférteis e improdutiva o que tem provocado a fome, surgimento e agravamento de várias doenças e mais pobreza.
8. A população queixa-se de incumprimento da promessa de provisão trimestral regular de produtos alimentares durante os primeiros cinco anos em forma de cesta básica para as famílias reassentadas.
9. Existe abastecimento insuficiente de água devido às restrições no fornecimento e cortes frequente de energia. Por causa da insuficiência de água, quase todo o gado pertencente às famílias de Cateme acabou por morrer.
10. Persistem conflitos de terra com as comunidades originárias de Cateme. Um número considerável de famílias foi arrancado a parcela de terra correspondente a um hectare que lhes foi atribuída
11. Embora tenha sido alocado uma ambulância depois dos protestos de 10 de Janeiro as famílias afirmam não beneficiarem da mesma uma vez que é gerida na Vila de Moatize.
12. Falta de meio de transporte para a circulação de pessoas e bens uma vez que o único machibombo disponível e alocado depois dos protestos das famílias, atende os reassentamentos de Cateme e de Mualadzi. O mesmo faz apenas duas carreiras por dia, uma de manhã e outra à tarde.
13. As casas que supostamente estão sendo reparadas continuam sem oferecer garantias de segurança e boa qualidade devido à falta de fundação e alicerces.
14. A Policia da República de Moçambique-PRM ao invés de garantir segurança para a população, tem provocado medo e intimidação contra as pessoas de Cateme e das zonas reassentadas
15. Existência de pequenas pontes sem segurança de transitabilidade
16. Incumprimento das responsabilidades do Estado de monitorar todo o processo de reassentamento e garantir o cumprimento total e integral das obrigações da Vale Moçambique para com os afectados;
17. As famílias reassentadas sentem-se abandonadas e desamparadas pelas instituições de Justiça e pelo Governo.



3

Justiça Ambiental

18. As autoridades governamentais têm limitado a circulação e trabalho das organizações da sociedade civil e da imprensa nas comunidades reassentadas.
19. A população afirma e sente que há fuga de responsabilidades, pois, nem a Vale nem o Governo assumem os prejuízos causados.
20. O povo de Cateme quer uma solução rápida para os seus problemas, pois, afirmam: “temos fome, sede, perdemos o gado, as casas estão em más condições, não temos transporte, não temos ambulância. Agora estamos mal nutridos e havemos de morrer se não decretarem estado de emergência para sermos socorridos”

Recomendações

Excelência;

As comunidades reassentadas e organizações subscritoras da presente missiva recomendam o seguinte:

- Que se proceda a reconstrução de todas as casas que apresentam problemas de raiz e cujas fundações se mostram precárias, mal construídas e quase inexistentes.
- Que se encontre mecanismos adequados de reconstituição e criação de meios de vida e fontes alternativas de geração de renda
- Que se proceda ao pagamento integral das devidas indemnizações às famílias abrangidas.
- Que sejam concedidas as terras em falta para as famílias reassentadas e adequadas a prática da agricultura.
- Que o Governo crie urgentemente condições adequadas para a resolução das reivindicações que estas famílias apresentam e refletidas no diagnóstico acima descrito, porque a fome e a miséria está assolando as famílias afectadas.
- Que as autoridades não limitem ilegalmente o trabalho das organizações da sociedade civil nas comunidades reassentadas

Assim, as organizações da sociedade civil signatárias desta missiva manifestam, publicamente, a sua indignação e repúdio à constante violação dos direitos e às péssimas condições de vida a que estão sujeitas estas famílias desde finais de 2009, altura do seu reassentamento.

Finalmente, as organizações em apreço vem, junto, a Sua Excelência, Senhor Presidente Armando Guebuza, na qualidade de Chefe do Estado e garante da Constituição da República requerer:

- Que mande tomar todas as medidas necessárias para a imediata reposição e observância dos direitos e interesses das 1365 famílias desrespeitados e violados no âmbito do processo de reassentamento para a implantação do «Projecto Carvão Moatize»
- A investigação e responsabilização pela má condução do processo de reassentamento e pelo , incumprimento dos acordos estabelecidos.



4

Justiça Ambiental

- A investigação e responsabilização pela violência e uso desproporcional da força contra cidadãos indefesos, torturas e arbitrariedades cometidas por elementos da Polícia da República de Moçambique-PRM e Força de Intervenção Rápida-FIR em Cateme no dia 10 de Janeiro de 2012
- A instauração dum mecanismo de diálogo oficial entre a Vale, o Governo e as referidas comunidades reassentadas, incluindo as organizações da sociedade civil

C/c de:

S. Excelência Presidente da Assembleia da República
 S. Excelência Primeiro – Ministro
 S. Excelência Procurador Geral da República
 S. Excelência Ministra dos Recursos Minerais
 S. Excelência Ministro das Obras Públicas e Habitação
 S. Excelência Ministro da Agricultura
 S. Excelência Governador da Província de Tete
 S. Excelência Ministra da Justiça
 S. Excelência Ministro do Interior
 Exmo. Senhor Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos
 Exmo. Senhor Provedor de Justiça
 Exmo. Senhor Presidente da Vale Moçambique, Lda.
 Exmo. Senhor Embaixador da República Federativa do Brasil, Maputo, Moçambique
 Exmo. Senhor Administrador de Moatize
 Secretários de Bairros de Bagamoyo, Chipanga, Malabue, Mithethe e Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro
 Representantes de Comissões de Moradores de Cateme e Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro

Maputo, 26 de Outubro de 2012

As organizações signatárias:

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos
 Justiça Ambiental-JA
 Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades-AAAJC
 União Nacional de Camponeses-UNAC

Abelton de Jesus

 Justiça Ambiental

Maria Oliva Costa



Assunto





[Signature]
 ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA
 JURÍDICA AS COMUNIDADES
 TETE